



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

Secretaria de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços
Departamento de Desenvolvimento da Indústria de Alta Complexidade Tecnológica
Coordenação-Geral das Indústrias da Saúde

Voto: 19/2025/CGIS/MDIC

Processo SEI nº: 25351.922921/2022-90

I. OBJETO

1. Trata-se de processo administrativo sancionador instaurado em desfavor da empresa **S B ROCHA CARVALHO (DROGARIA SAMAX)**, CNPJ nº **44.199.660/0001-19**, em decorrência de venda de medicamentos por preço superior ao máximo permitido pela CMED em dispensa de licitação realizada pelo Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (HC-UFMT).

II. RELATÓRIO

2. O presente voto tem por objetivo analisar o recurso administrativo interposto pela **S B ROCHA CARVALHO (DROGARIA SAMAX)**, CNPJ nº 44.199.660/0001-19, contra decisão da Secretaria-Executiva da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (SCMED), que decidiu pela aplicação de penalidade de multa no valor de **R\$ 29.189,05 (vinte e nove mil cento e oitenta e nove reais e cinco centavos)**, em decorrência de venda de medicamentos por preços superiores ao Preço Máximo de Venda ao Governo (PMVG), em descumprimento ao previsto nos Artigos 2º e 8º, *caput*, da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003; c/c Orientação Interpretativa CMED nº 1, de 13 de novembro de 2006; e Resolução CMED nº 2, de 16 de abril de 2018.

3. Por meio do Ofício nº 2048/2022-OF/PRM/UDI/LAM (SEI 43539791) e demais documentos (SEI 43539791) o Ministério Público Federal - Procuradoria da República no Município de Uberlândia/MG encaminhou à SCMED denúncia para apuração de possível infração referente à venda de medicamento com preço superior ao máximo permitido pela CMED, em dispensa de licitação realizada pelo Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (HC-UFMT).

4. Em investigação preliminar realizada pela SCMED, foi elaborada a Nota Técnica nº 331/2022/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA (SEI 43539860), a qual analisou os documentos trazidos pelo órgão denunciante, conforme abaixo:

"2. Análise

A denúncia contém os requisitos exigidos pelo parágrafo 1º do artigo 15 da Resolução nº 02, de 16 de abril de 2018.

Em sede de investigação preliminar foi consultado se os medicamentos constavam do rol de produtos sobre os quais se deve aplicar o Coeficiente de Adequação de Preços (CAP) e foi verificado também se os medicamentos constam do rol de medicamentos do Convênio CONFAZ nº 87/2002, que concede isenção de ICMS nas operações com fármacos e medicamentos destinados a órgãos da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal.

Ao analisar a nota de empenho e as propostas da empresa S B ROCHA CARVALHO restou constatado indícios de infração em relação ao medicamento Sulfato de Amicacina 250 mg/ml 2 ml.

Isto porque, a unidade do medicamento foi vendida a R\$ 14,88 (quatorze reais e oitenta e oito centavos) e o Preço Fábrica (PF) 12% deste é R\$ 3,11 (três reais e onze centavos).

3. Conclusão

A empresa S B ROCHA CARVALHO vendeu medicamentos por valor superior ao seu Preço Fábrica (PF). O valor total da diferença entre o preço praticado e o preço aprovado pela CMED foi de R\$ 24.697,26 (vinte e quatro mil, seiscentos e noventa e sete reais e vinte e seis centavos), conforme memória de cálculo constante do Anexo.

Sendo assim, sugerimos sejam adotadas as providências no sentido de notificar a empresa para que apresente defesa escrita, assegurando o contraditório e a ampla defesa."

5. Efetuada a análise da documentação apresentada, bem como das alegações contidas na defesa administrativa, a SCMED apresentou a sua Decisão nº 213, de 18 de outubro de 2023 (SEI 43543875), atestando a infração da empresa por vender medicamentos por valores superiores ao Preço Máximo de Venda ao Governo (PMVG) equivalente ao Preço Fábrica (PF) à época. Mesmos após diversas tentativas de localização do endereço, a empresa foi devidamente notificada, porém restou configurada a **revelia** no presente caso, considerando a ausência de defesa por parte da empresa, destacando que ela não apresentou nenhuma petição nos autos após a sua regular notificação, que seu deu no dia 19/07/2023, conforme Aviso de Recebimento-AR assinado (SEI 43541714). As tentativas de busca do endereço da empresa foram assim resumidas pela SCMED, *in verbis*:

"1.3. Diante das citadas constatações, foi encaminhada a NOTIFICAÇÃO Nº 529/2022/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA (SEI nº 2030068), de 31/08/2022, endereçada à "Avenida Guajajaras, nº 484, Bairro Tirirical, São Luís – MA, CEP: 65.055-285", para que a empresa pudesse oferecer as suas razões de defesa, porém o Aviso de Recebimento AR dos Correios retornou informando de sua não localização (SEI nº 2066184).

1.4. Em 24/08/2022, a Coordenação de Apoio Administrativo (COADI) juntou aos autos o DESPACHO Nº 2430/2022/SEI/COADI/GADIP/ANVISA (SEI nº 2021756), para conhecimento da requisição de informações efetuada pela Procuradoria da República no Município de Uberlândia/MG - PRM-UDI/MPF em face da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, conforme Ofício nº 2048/2022-OF/PRM/UDI/LAM (SEI nº 2021733), para fins de instrução da Notícia de Fato nº 1.22.002.000151/2022-49 referente a esclarecimentos a respeito de denúncia contra empresa que efetuou venda de medicamentos a órgão público por valor superior ao Preço Máximo de Venda ao Governo - PMVG.

1.5. Em resposta ao pedido de informações, a Secretaria-Executiva da CMED elaborou a NOTA TÉCNICA Nº 331/2022/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA (SEI nº 2032580), de 31/08/2022, esclarecendo que "após investigação preliminar, e diante dos documentos juntados ao Processo Administrativo, foram encontrados indícios de infrações cometidos pela empresa, conforme Nota Técnica nº 331/2022/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA (SEI nº 2030031) e Anexo (SEI nº 2030051), tendo sido instaurado processo administrativo sancionatório nº 25351.922921/2022-90 e notificada a empresa a apresentar sua defesa, em observância aos princípios do contraditório e ampla defesa, conforme a Notificação nº 529/2022/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA (SEI nº 2030068)". A resposta foi encaminhada à Procuradoria da República no Município de Uberlândia/MG por meio do OFÍCIO Nº 1313/2022/SEI/GADIP/ANVISA (SEI nº 2036820), de 02/09/2022; com recebimento datado de 02/09/2022, consoante expediente PRM-UDI-MG-00012811/2022 (SEI nº 2037541).

1.6. Ante a não localização da empresa no endereço conhecido, foi encaminhado o OFÍCIO Nº 1026/2022/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA (SEI nº 2067670), de 28/09/2022, à Junta Comercial do Estado do Maranhão - JUCEMA - solicitando o fornecimento de certidão atualizada que contivesse o endereço atual ou a data em que tenha ocorrido o cadastro de baixa/extinção da referida empresa, se fosse o caso. Não houve resposta por parte da Junta.

1.7. Buscou-se, mais uma vez, estabelecer contato com a empresa utilizando o endereço conhecido, desta vez por meio da NOTIFICAÇÃO Nº 267/2023/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA (SEI nº 2290573). No entanto, os Correios, mais uma vez, indicaram a não localização da empresa (SEI nº 2349522).

1.8. Em 12/06/2023, foi realizada uma nova tentativa de contato com a JUCEMA, por meio do envio do OFÍCIO Nº 532/2023/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA (SEI nº 2425165). Desta vez, a Junta respondeu, anexando o instrumento de inscrição de empresário individual (SEI nº 2436581), do qual foi possível extrair que o endereço atualizado da empresa está situado na "Rua Trinta e Oito, nº 77, Casa 77, Quadra 64, Jardim São Cristóvão II, CEP: 65055-353 - São Luís – MA".

1.9. Com base na informação fornecida pela JUCEMA, encaminhou-se a NOTIFICAÇÃO Nº 569/2023/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA (SEI nº 2436588) em 06/07/2023 para S B ROCHA CARVALHO (DROGARIA SAMAX). Desta vez, o Aviso de Recebimento (AR) foi devidamente assinado, indicando que o recebimento ocorreu em 19/07/2023 (SEI nº 2517971).

1.10. Ainda em 19/07/2023, foi recebido o Ofício n. 1704/2023-OF/PRM/UDI/LAM (SEI nº 2516794), novamente da Procuradoria da República no Município de Uberlândia/MG - PRM-UDI/MPF, pedindo informações atualizadas sobre o processo em questão. O pedido foi juntado aos autos e repassado seguidamente à área

técnica por meio do **DESPACHO Nº 1781/2023/SEI/COADI/GADIP/ANVISA** (SEI nº 2516817), e do **DESPACHO Nº 1794/2023/SEI/COADI/GADIP/ANVISA** (SEI nº 2519508), da COADI.

1.11. Em resposta, a Secretaria-Executiva da CMED preparou a **NOTA TÉCNICA Nº 341/2023/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA** (SEI nº 2523381) em 10/08/2023. Nessa nota, relatou-se a dificuldade encontrada para localizar a empresa. No entanto, com o envio da **NOTIFICAÇÃO Nº 569/2023/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA** (SEI Nº 2436588) e a obtenção do Aviso de Recebimento (AR) em 19/07/2023, esclareceu-se que o prazo de até 30 dias para a apresentação da defesa começaria a contar a partir dessa data.

1.12. Porém, em que pese o esforço em localizar a empresa e oportunizar o contraditório e a ampla defesa, foram feitas diligências no Sistema Solicita, e-mail institucional, e nenhuma manifestação por parte da empresa foi localizada (SEI nº 2636708).

1.13. Sabendo que a Administração Pública não pode ficar inerte, aguardando 'Ad aeternum' a manifestação da parte, e com base, sobretudo, nos princípios do Impulso Oficial, da Eficiência e da Verdade Real, norteadores dos processos administrativos, bem como no interesse do Denunciante, cumpre a esta Secretaria-Executiva da CMED dar prosseguimento ao presente feito."

6. Ademais, restou comprovado que a venda em questão, segundo a decisão de primeira instância da SCMED, trata-se de hipótese que não exigiu o Coeficiente de Adequação de Preço (CAP), pois o caso não se enquadra em nenhuma das hipóteses previstas na Resolução CMED nº 03/2011, conforme informado na Nota Técnica. Igualmente, a venda não é hipótese de desoneração do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), vez que o medicamento não está presente no Convênio CONFAZ nº 87/02. Tem-se, portanto, que a infração está capitulada no Art. 5º, inciso II, alínea "b" da Resolução CMED nº 2, de 16 de abril de 2018, em razão da venda de medicamento por valor superior ao Preço Máximo de Venda ao Governo (PMVG), que restou equivalente ao Preço Fábrica (PF).

7. Quanto à dosimetria, a penalidade pecuniária foi calculada em consonância com os critérios definidos no art. 9º, IV, "b" da Resolução CMED nº 02, de 16 de abril de 2018, que determina, no caso da **venda** de medicamento por preço superior ao máximo autorizado:

"Art. 9º O valor base da multa será fixado conforme os seguintes critérios, de acordo com cada grupo de infração:

(...)

IV – Quanto às infrações classificadas no inciso II do art. 5º, observar-se-ão as seguintes metodologias:

(...)

a) b) quando as infrações envolverem a venda de medicamento com preço aprovado, nos termos da alínea "b" do inciso II do art. 5º::

$$Mv = 2a*(1 + i)$$

Onde:

Mv = multa apurada no processo administrativo para cada venda;

a = diferença entre o valor ofertado/comercializado e o preço CMED, por apresentação, multiplicada pela quantidade vendida, nos casos em que tal demanda seja quantificável;

i = índice de ajuste face à condição econômica

8. Por sua vez, quanto ao Índice de Ajuste face à Condição Econômica do Agente, foi considerado o Art. 9º, VI, da Resolução CMED nº 02, de 16 de abril de 2018, que determina:

"Art. 9º O valor base da multa será fixado conforme os seguintes critérios, de acordo com cada grupo de infração:

(...)

VI – o Índice de Ajuste face à Condição Econômica do Agente observará os seguintes percentuais sobre o valor auferido indevidamente: "

(...)

TABELA: Índice de Ajuste face à Condição Econômica do Agente

Faixas	Faturamento médio no ano do ilícito	Índice de ajuste
A	$x \geq 100.000.000,00$	10%
B	$50.000.000,00 \leq x < 100.000.000,00$	7%
C	$25.000.000,00 \leq x < 50.000.000,00$	5%
D	$10.000.000,00 \leq x < 25.000.000,00$	4%
E	$x < 10.000.000,00$	2%

Classificação da Empresa	Faturamento Anual
Grupo I – Empresa de Grande Porte	Superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), de acordo com a Medida Provisória nº 2.190-34/2001 .
Grupo II – Empresa de Grande Porte	Igual ou inferior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) e superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), de
Grupo III – Empresa de Médio Porte	Igual ou inferior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) e superior a R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), de acordo
Grupo IV – Empresa de Médio Porte	Igual ou inferior a R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), de acordo com a a Medida Provisória nº 2.190-34/2001 .
Empresa de Pequeno Porte (EPP)	Igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) e superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta
Microempresa	

9. A decisão da SCMED, considerou que o porte presumido da empresa **S B ROCHA CARVALHO (DROGARIA SAMAX)**, CNPJ nº **44.199.660/0001-19**, conforme sistema DATAVISA, cópia abaixo, é MICRO, enquadra-se, pois, na Faixa E supramencionada, cujo índice de ajuste face a condição econômica é de 2% de acordo com as tabelas indicadas acima. O enquadramento decorre do cumprimento da determinação expressa no § 1º do art. 9, da Resolução CMED nº 2, de 16 de abril de 2018: "§ 1º Para fins de enquadramento do porte econômico das empresas, **adotar-se-ão as normas específicas de classificação de porte econômico junto à Anvisa**, consoante o Índice de Ajuste face à Condição Econômica do Agente, nos termos do inciso VI deste artigo." (grifo nosso).

Dados da Empresa			
Razão Social:	SAMAX EMPREENDIMENTOS LTDA	CNPJ:	44.199.660/0001-19
Tipo do CNPJ:	MATRIZ	Ano Base:	2023
Nome Fantasia:	[sem informação]	Porte:	MICRO Histórico de Porte
Situação de Cadastro:	CADASTRADA	Inscrição Estadual:	2023

10. Por sua vez, a CMED, com base na deliberação do CTE de 29 de junho de 2016 e na metodologia utilizada pela Gerência de Gestão da Arrecadação (GEGAR) da Anvisa, e seguindo a recomendação da Controladoria Geral da União (CGU) emanada no Relatório da CGU nº 201315441 passou a adotar a taxa Selic como a forma de atualização do faturamento auferido a maior à época da infração.

11. Com base nessas premissas, a SCMED calculou a multa base conforme demonstrado abaixo:

CÁLCULO DE MULTA SOBRE A VENDA DE MEDICAMENTOS POR PREÇO SUPERIOR AO PERMITIDO (PMVG)							
Empresa:	S B ROCHA CARVALHO (DROGARIA SAMAX)				Nº CNPJ	44	
Processo Nº	25351.922921/2022-90				FAIXA DE FATURAMENTO DA EMPRESA DA INFRAÇÃO		
FATURAMENTO DA EMPRESA À EPOCA DA INFRAÇÃO			R\$ 359.000,00		TOTAL DE MULTA A RECOLHER		
Valor da UFIR de nov/2000 atualizado pelo IPCA-e até junho/2023		4,253154275		Total Multa em UFIR	13.726	TOTAL MÁXIMO A RECOLHER	
PRODUTO	Apresentação		Data da INFRAÇÃO	Faturamento a maior À EPOCA DA INFRAÇÃO	Faturamento Corrigido pela Selic	% Multa	Concretização
SULFATO DE AMICACINA	250 MG/ML SOL INJ CT 50 AMP VD INC X 2ML (EMB HOSP)		07/2022	R\$ 24.697,26	R\$28.616,72	2,0%	Venda R\$ 58.378

12. Quanto às circunstâncias agravantes, não se verifica nenhuma das hipóteses previstas no art. 13, inciso II, da Resolução CMED nº 02/2018.
13. Da mesma forma, quanto às atenuantes, considerando que a empresa não possui condenação transitada em julgado perante a CMED, em período anterior ao cometimento da infração analisada no presente processo, em um prazo de cinco anos, é hipótese de atenuante de 1/3, nos termos do art. 13, inciso I, alínea "a", da Resolução CMED nº 02/2018. Ademais, o fato de a empresa ter praticado uma única infração, configura-se na hipótese da atenuante de 1/3, nos termos do art. 13, inciso I, alínea "b", da mencionada norma. A definição de infração em caráter continuado está estabelecida no § 4º, art. 13 da mesma norma, que determina: "Serão consideradas de caráter continuado a recorrência de infrações de **mesma espécie** oriundas do mesmo infrator."
14. Ante o exposto, foi considerado pela SCMED o cômputo de duas atenuantes com redução pela metade, sobre o valor da multa base prevista de R\$ 58.378,10 (cinquenta e oito mil trezentos e setenta e oito reais e dez centavos), consoante preconizado no Art. 13, § 1º, §2º, e §3º da Resolução CMED nº 02/2018 que diz que "Incidirão sobre o valor base da multa as circunstâncias agravantes e, sobre este resultado, as atenuantes, **respeitando-se os limites mínimo e máximo da pena**, nos termos do art. 10 desta Resolução".
15. Em conclusão, a respectiva decisão da SCMED comprovou a materialidade da prática da infração de venda de medicamento por preço superior ao permitido para comercialização destinada à Administração Pública, em descumprimento ao previsto nos Artigos 2º e 8º, *caput*, da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003; c/c Orientação Interpretativa CMED nº 1, de 13 de novembro de 2006; e Resolução CMED nº 2, de 16 de abril de 2018, concluindo pela aplicação de sanção pecuniária no valor de **R\$ 29.189,05 (vinte e nove mil cento e oitenta e nove reais e cinco centavos)**.
16. Após subsequente Notificação nº 960/2023/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA (SEI 43543935), a empresa interpôs recurso administrativo (SEI 43546251) conforme protocolo do Datavisa (SEI 43546316) no qual trouxe em síntese:
- a) Alega que deve ser utilizado o teto do PMC, uma vez que as farmácias e drogarias têm custos diferentes na composição do seu preço depois que adquirem os produtos dos laboratórios e distribuidoras;
 - b) Alega que o valor ofertado para venda (R\$ 14,88) ficou abaixo do valor estimado de referência da dispensa de licitação (R\$ 14,90);
 - c) Alega que praticou preços que estavam compatíveis com os de mercado que estavam inflados à época uma vez que o medicamento amicacina injetável estava em risco de desabastecimento e escasso;
 - d) Alega presunção de legalidade do valor estimado e requer a anulação da multa aplicada e o arquivamento do processo.
17. Os autos do referido Processo Administrativo foram encaminhados à Secretaria de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (SDIC/MDIC), em 9 de julho de 2024, por meio do OFÍCIO Nº 591/2024/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA (SEI 43546486), para a relatoria do presente Recurso Administrativo pelo MDIC, considerando o sorteio realizado na ocasião da 6ª Reunião Ordinária do CTE/CMED, realizada nas datas de 27 e 28 de junho de 2024.
18. É o relatório. Passo para a análise.

III. ANÁLISE

A) DA ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ADMINISTRATIVO

19. Tendo em vista que a empresa tomou ciência da Decisão nº 213/2023 da SCMED em 30 de abril de 2024, conforme Aviso de Recebimento - AR (SEI 43545923), e protocolou o recurso administrativo em 22 de maio de 2024 (SEI 43546316), considera-se tempestiva a interposição do mesmo observando o prazo legal, nos termos do art. 29 da Resolução CMED nº 2/2018 conforme consta no despacho nº 1187/2024/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA (SEI 43546363).

B) DO MÉRITO

20. Inicialmente, importa destacar que a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) é um órgão do Conselho de Governo da Presidência da República, criada pela Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, ("*Define normas de regulação para o setor farmacêutico, cria a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos - CMED e altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e dá outras providências.*") e regulamentada pelo Decreto nº 4.766, de 26 de junho de 2003, com o objetivo de adotar, implementar e coordenar a regulação econômica do mercado de medicamentos, como uma política de acesso aos medicamentos e assistência farmacêutica à população.
21. No âmbito de sua atuação regulatória, a Câmara define diretrizes e procedimentos relativos à regulação econômica do mercado de medicamentos; estabelece critérios para a fixação e ajuste de preços de medicamentos; determina os critérios para a fixação de preços dos produtos novos e novas apresentações de medicamentos; propõe a adoção de legislações e regulamentos referentes à regulação econômica do mercado de medicamentos; e detém poder de polícia administrativo, podendo também aplicar penalidades face ao descumprimento das normas que orientam a atividade do setor regulado. Portanto, cumpre ressaltar que a CMED tem obrigação de apurar o sobrepreço na oferta e venda de medicamentos acima do preço máximo permitido pela respectiva Câmara, conforme competências previstas no artigo 6º da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2023.
22. No campo constitucional, a atuação da CMED decorre do art. 196 da Constituição da República, que trata da tutela constitucional do direito de acesso universal e igualitário à saúde, cuja responsabilidade é partilhada pelo Estado e por toda a sociedade. Em âmbito infraconstitucional, menciona-se, inicialmente, a Lei nº 8.080/1990, a Lei Orgânica da Saúde, que criou o Sistema Único de Saúde (SUS), reiterou que a assistência à saúde é livre à iniciativa privada, e definiu, dentre as atribuições do SUS, a "**formulação da política de medicamentos (...)**" [art. 6º, VI] e a responsabilidade pela "**execução de ações de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica**" [art. 6º, I, d].
23. Quanto às leis ordinárias e decretos que orientam, de modo específico, a atividade da CMED, tratam-se das seguintes: (i) a Lei nº 10.742/2003, que define as normas de regulação para o setor farmacêutico, cria a CMED e dá outras providências, (ii) o **Decreto nº 4.766/2003**, que regulamenta a criação, as competências e o funcionamento da CMED, e (iii) o Decreto nº 4.937/2003, que regulamenta o art. 4º da Lei nº 10.742/2003, para estabelecer os critérios de composição de fatores para o ajuste dos preços de medicamentos.
24. Ainda, muito da atividade exercida pela CMED é operacionalizada por atos normativos infralegais, que tem sua cogência e validade derivada de sua relação de subordinação e vinculação com os atos legislativos acima listados. As regras de tramitação processual, bem como a aplicação de sanções, obedecem ao disposto na Resolução CM-CMED nº 02 de 16 de abril de 2018, com aplicação subsidiária dos comandos da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 (*Lei do Processo Administrativo Federal*), bem como da disposições das leis nº 9.873, de 23 de novembro de 1999 ("*Estabelece prazo de prescrição para o exercício de ação punitiva pela Administração Pública Federal, direta e indireta, e dá outras providências*"), 8.078; de 11 de setembro de 1990; assim como dos decretos nºs 4.766, de 26 de junho de 2003 e 2.181, de 20 de março de 1997.
25. Com relação às infrações administrativas, a Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, no seu art. 2º, define o âmbito de sua aplicação bem como os atores a ela sujeitos da seguinte forma:

*"Art. 2º Aplica-se o disposto nesta Lei às **empresas produtoras de medicamentos, às farmácias e drogarias, aos representantes, às distribuidoras de medicamentos, e, de igual modo, a quaisquer pessoas jurídicas de direito público ou privado**, inclusive associações de entidades ou pessoas, constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente, com ou sem personalidade jurídica, **que, de alguma maneira, atuem no setor farmacêutico.**"*

26. Nesse contexto, foi instituído o Preço Máximo de Venda ao Governo (PMVG), resultante da aplicação de um desconto chamado Coeficiente de Adequação de Preços (CAP) sobre o Preço Fábrica do produto, com a finalidade de uniformizar as compras públicas de medicamentos, obtendo melhores condições a fim de que a economia de recursos seja revertida na ampliação da assistência da população que usufrui do Sistema Único de Saúde. A competência da CMED para estabelecer o preço máximo que um medicamento deve ser ofertado e, para aplicar sanções em caso de seu descumprimento, decorre da aplicação direta do art. 4º, §1º; art. 6º; art. 7º, e do art. 8º, todos da Lei nº 10.742/2003.

27. Diante disso, cabe destacar que a oferta e venda de medicamentos deve atender a toda regulamentação legal e infralegal vigente sobre o tema. Neste ponto, consoante o art. 2º c/c art. 8º da Lei nº 10.742/2003, o descumprimento por *"empresas produtoras de medicamentos, às farmácias e drogarias, aos representantes, às distribuidoras de medicamentos, e, de igual modo, a quaisquer pessoas jurídicas de direito público ou privado, inclusive associações de entidades ou pessoas, constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente, com ou sem personalidade jurídica, que, de alguma maneira, atuem no setor farmacêutico"*, de atos emanados pela CMED, no exercício de suas competências de regulação e monitoramento do mercado de medicamentos, bem como o descumprimento de norma prevista nesta Lei, sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 56 da Lei nº 8.078/1990.

28. Após análise dos argumentos alegados no recurso administrativo, verificou-se que eles não podem prosperar por ausência de fundamentação legal que os ampare. Vejamos.

29. Com relação ao **item a** constante do parágrafo 16 do presente Voto, a Lei nº 10.742/2003, em seus artigos 2º e 8º, confere à Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) competência para estabelecer preços máximos de comercialização de medicamentos, inclusive para vendas ao governo. Apesar da requerente se tratar de uma farmácia e drogaria e que via de regra deveria ser aplicado o Preço Máximo ao Consumidor (PMC) nesse caso tal argumento não merece prosperar, uma vez que se trata de venda destinada e custeada pela Administração pública e consequentemente por recursos públicos, portanto, aplica-se o preço máximo estabelecido pela CMED para compras públicas (PF ou PMVG).

30. É de conhecimento os fatores atuais que impactam a composição dos preços de alguns medicamentos, todavia, isso não justifica a atuação à margem da regra posta. O comportamento do agente que opera dentro do mercado de medicamentos deve ser pautado, nesse aspecto, em parâmetros legais, em normativos que foram criados com racionais pensados para estabelecer referenciais máximos de preço. Ciente disso, cabe lembrar que a opção de fornecer o medicamento foi uma liberalidade da empresa que, assumindo o risco do negócio, concretizou a comercialização (oferta), ao que alega, sem antes se programar e identificar as incertezas que poderiam afetar a atividade desenvolvida, ante a oportunidade. Dada a ampla publicidade das regras e preços, cada empresa tem total capacidade de realizar os cálculos em momento anterior ao registro da proposta de preço, de modo que opte por participar unicamente nos casos em que lhe for vantajoso, sob pena de arcar com o prejuízo decorrente. Trata-se do risco do negócio.

Nesse sentido, o TRF da 1ª Região corroborou tal raciocínio: *"À luz do regime democrático e da livre iniciativa, ninguém é obrigado a contratar com o Estado o fornecimento de medicamentos. Se o preço se revela insatisfatório ou suscetível de causar prejuízos, os laboratórios são livres para aceitar ou não as condições impostas pela política de regulação dos preços inerente ao mercado de medicamentos, com imposição de coeficientes redutores, em prol do Estado"* [11](#).

31. Com relação ao **item b** no parágrafo 16 deste Voto, este não merece prosperar. Ainda que o edital da dispensa de licitação não tenha mencionado expressamente a tabela CMED como critério de julgamento, a observância aos limites regulatórios é obrigatória por força de lei, não sendo necessário que conste no edital. A ausência de menção expressa não exime o fornecedor do dever de cumprir a legislação vigente, especialmente quando se trata de normas de ordem pública e interesse coletivo, como é o caso da regulação de preços de medicamentos.

32. A despeito de não se exigir resultado, a mera oferta ou venda acima do valor definido pela CMED, ainda que não resulte em venda efetivada, é ato que engloba a cadeia das atividades comerciais, produzindo efeitos deletérios na dinâmica do mercado de medicamentos protegido pela Lei nº 10.742/2003, fato que justifica a aplicação de sanção administrativa. O simples fato de ofertar um produto acima do valor estipulado pela CMED já comprova o potencial prejuízo ao erário. Comprar o medicamento com valor acima do preço CMED não é uma carta branca para a empresa vender acima do valor estipulado em edital. Além desse fato, órgão licitante não tem a obrigação legal de entrar em contato para tentar convencer a empresa a respeitar a lei e reduzir os seus preços para o limite aprovado pela CMED.

33. Além disso, é importante ressaltar que a empresa confessa que praticou valores de mercado e não seguiu a tabela de preços máximos da CMED que é inerente ao mercado farmacêutico. Inclusive repete que não houve venda por preço abusivo de sua parte que, logo, não houve prejuízo ao erário. Nesse viés, deveria a empresa vender os medicamentos por preço em consonância com a norma que regula sua atividade nesse particular, jamais tomando como parâmetro os valores de livre mercado. A venda de medicamentos por valores acima do permitido para o caso é, portanto, uma ofensa ao dever que sabidamente possui.

34. No que tange ao argumento constante no **item c** do parágrafo 16 do presente Voto, a empresa tenta justificar o preço praticado com base em um cenário de escassez de medicamentos. No entanto, a existência de dificuldades de abastecimento não autoriza a prática de preços acima dos limites legais. A CMED possui mecanismos próprios para revisão de preços em situações excepcionais, como foi o caso da edição da Resolução CMED nº 07/2022 (SEI 51339495) que tratou de medicamentos com risco de desabastecimento, como o sulfato de ampicilina, 250 mg/ml solução injetável, enquadrado na 1ª Fase da norma ficando liberado dos critérios de estabelecimento ou ajuste de preços a partir da data 20/06/2022, a qual não foi obedecida pela empresa. A simples alegação de escassez, sem prévia autorização da autoridade reguladora, não legitima o descumprimento da norma.

35. As infrações aplicadas por desrespeito ao referencial máximo definido pela CMED são infrações de mera conduta, para as quais não se exige efetivo resultado, sistemática esta que encontra respaldo na doutrina e na jurisprudência do STJ. Cabe, portanto, a aplicação de sanção pela mera oferta ou venda acima do valor estipulado pela CMED, ainda que a venda não tenha sido realizada ou que tenha sido efetivada abaixo do valor de referência.

36. Vale ressaltar que o respeito às normas estabelecidas pela CMED não é uma faculdade, mas uma obrigação. A oferta ou venda de medicamentos deve atender à toda a regulamentação legal e infralegal vigente sobre o tema. Cumpre destacar, neste ponto, a competência da CMED para regular o mercado de medicamentos, não podendo a empresa eximir-se da responsabilidade de agir consoante as regras aplicáveis à oferta e comercialização destes produtos.

37. No presente caso, se observa que a empresa, ao comercializar os medicamentos por preço superior ao autorizado pela CMED, repassou sobrepreço ao consumidor final (Administração Pública), o que inviabilizou a aquisição dos medicamentos, causando prejuízo e assumindo o risco de se responsabilizar junto à Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos.

38. No que tange ao argumento constante no **item d** do parágrafo 16 do presente Voto, cumpre ressaltar que a empresa não pode se escusar, sob qualquer argumento, de cumprir a legislação emitida pela CMED. Pelo ordenamento trazido pela Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro - Decreto-Lei nº 4.657/1942:

Art. 3º. Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece.

39. Lembrando que o termo "lei" aqui representa todo o ordenamento jurídico referente ao que se está em discussão. No presente caso, a Orientação Interpretativa nº 02/2006, assim como as Resoluções CMED, fazem parte do ordenamento jurídico que regula o mercado de medicamentos no Brasil. Ademais, quando se trata de empresas que participam ativamente de licitações públicas - seja qual for a modalidade - cabe também obedecer ao que dispõe a Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 8.666/1993), que destaca em seu artigo 3º que as licitações serão processadas e julgadas em estrita conformidade com alguns princípios, dentre os quais o da legalidade e, mais recentemente, a Lei nº 14.133/2021, em seu artigo 5º, também incluiu princípios que devem ser observados. Portanto, o princípio da vinculação ao Edital não se sobrepõe ao princípio da legalidade correspondente ao regramento da regulação do mercado de medicamentos, que também deve ser observado. É clara a necessidade da empresainserida no mercado brasileiro de medicamentos conhecer a legislação atinente ao setor que atua, não podendo se escusar de cumprir tais preceitos, conforme esclarecido acima.

40. Convém destacar os ditames da vigente Resolução nº 2, de 16 de abril de 2018, coadunando o entendimento supracitado:

Art. 4º A alegação de desconhecimento ou incompreensão das normas legais e regulamentares do mercado de medicamentos não exime os agentes definidos no parágrafo único do art. 1º desta Resolução de seu cumprimento, tampouco de ressarcimento de eventuais valores auferidos indevidamente.

41. Além disso, afastar a responsabilização da empresa significaria violar frontalmente a Lei Federal n. 9.874/99, que regula o processo administrativo na esfera federal:

"Art. 2º. A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.


42. Cumpre destacar que a previsão de sanção pelo descumprimento das regras da CMED está descrita no art. 8º da Lei nº 10.742/2003, abaixo colacionado:

"Art. 8º O descumprimento de atos emanados pela CMED, no exercício de suas competências de regulação e monitoramento do mercado de medicamentos, bem como o descumprimento de norma prevista nesta Lei, sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 56 da Lei nº 8.078, de 1990."

43. Por meio desse artigo, é reiterada a atribuição técnico-normativa conferida à CMED e evidenciada a prerrogativa do colegiado de aplicar sanções administrativas ao infrator que deixa de observar as normas legais e os atos infralegais da Câmara. Diante da competência da CMED para regular o mercado de medicamentos, diversas são as obrigações impostas aos entes regulados para atuarem no mercado. Ao descumprir tais obrigações, o ente regulado incorre em infrações.

C) DOSIMETRIA DA SANÇÃO

44. Quanto à dosimetria da sanção, a decisão da SCMED, não merece reparos quanto às circunstâncias agravantes e atenuantes.
45. Quanto às circunstâncias agravantes, cabe ponderar o que segue:
- a) mantém-se a não incidência de nenhum agravante para o caso concreto uma vez que não se enquadram nas hipóteses previstas no art. 13, inciso II, da Resolução CMED nº 02/2018.
46. Com relação às circunstâncias atenuantes, cabe ponderar o que segue:
- a) mantém-se o atenuante de primariedade de 1/3, considerando que a empresa não possui condenação transitada em julgado perante a CMED, em período anterior ao cometimento das infrações analisadas no presente processo, num prazo de cinco anos, nos termos do art. 13, inciso I, alínea "a", da Resolução CMED nº 02/2018 e
- b) mantém-se o atenuante de caráter isolado ser aplicado, considerando tratar-se de única oferta (mesmo tipo de infração) de medicamento acima do Preço Fábrica considerando o presente processo administrativo, o que se enquadra nos termos do art. 13, inciso I, alínea "b" da Resolução CMED nº 02/2018.
47. Todavia, de ofício, foi observado que o medicamento sulfato de amicacina, 250mg/ml solução injetável, consta na lista de medicamentos com risco de desabastecimento conforme previsto na resolução CMED nº 7/2022. Considerando que os medicamentos foram liberados dos critérios de preço pela Resolução CM-CMED nº 7, de 1º de junho de 2022, devem seguir as regras do Grupo 2 da Resolução CM-CMED nº 2, de 26 de março de 2019, no qual as empresas detentoras de registro devem informar o teto de preço que poderá ser praticado à CMED. Todavia, essa não é uma liberação incondicionada.
48. Diante do exposto, como a infração ocorreu durante a vigência dessa norma, foi consultada a lista específica de preços divulgada pela CMED de medicamentos da respectiva resolução. Foi observado que houve publicação em 30/6/2022 da lista dos medicamentos liberados pela Resolução nº 7/2022, na 1ª fase, com novo preço (Amicacina - Teuto - PF 12% = R\$ 470,34) o qual está divergente do preço fábrica utilizado pela SCMED na planilha anexa à nota técnica (SEI 43539915) para cálculo do valor apurado a maior (PF 12% - R\$ 155,97) conforme destacado abaixo:

 Agência Nacional de Vigilância Sanitária www.anvisa.gov.br	PREÇOS MÁXIMOS DE MEDICAMENTOS POR PRINCÍPIO ATIVO, PARA COMPRAS PÚBLICAS Resolução CM-CMED nº 7, de 1º/06/2022 PREÇO FÁBRICA (PF) E PREÇO MÁXIMO DE VENDA AO GOVERNO (PMVG)						(1,2)		Publicada em 02/06/2022, 00h30min		CMÉ
GGREM	Medicamento (Laboratório)	Apresentação	ICMS 0%		ICMS 12%		ICMS 17%				
			PF	PMVG	PF	PMVG	PF	PMVG			
PRINCÍPIO ATIVO: IMUNOGLOBULINA HUMANA											
539416020000503	TEGELINE (LFB - HEMODERIVADOS E BIOTECNOLOGIA)	5 G SOL INFUS CT 1 FR VD INC X 100ML ** CAP ** (20) Dec. Judicial	1139,79	894,39							
510912120003203	FLEBOGAMMA (GRIFOLS BRASIL)	5,0 G SOL INJ FA 100 ML ** CAP ** (20) Dec. Judicial	1889,28	1482,52							
510912120002703	FLEBOGAMMA (GRIFOLS BRASIL)	5,0 G SOL INJ FA 50 ML ** CAP ** (20) Dec. Judicial	1885,28	1479,38							
565720020000607	IGVENA (KEDRION BRASIL DISTRIBUIDORA DE HOSPITALARES)	50 MG/ML SOL INFUS IV CT FR VD TRANS X 100 ML + KIT P/ INFUS ** CAP ** (9) Dec. Judicial	987,96	775,25							
504421040067807	BLAUIMUNO (BLAU)	50 MG/ML SOL INJ CT 01 FA VD TRANSP X 100 ML ** CAP ** (9) Dec. Judicial	5224,61	4099,75							
504416120060907	IMUNOGLOBULIN (BLAU)	50 MG/ML SOL INJ CT FA VD INC X 100 ML ** CAP ** (9) Dec. Judicial	0,01	0,01							
535300203157311	OCTAGAM (OCTAPHARMA BRASIL)	50 MG/ML SOL INJ CT FA VD INC X 100ML ** CAP ** (20) Dec. Judicial	1307,05	1025,64							
524616020001904	PENTAGLOBIN (BIOTEST)	50 MG/ML SOL INJ CT FA VD TRANS X 100 ML ** CAP ** (20) Dec. Judicial	1651,34	1295,81							
524616090002307	INTRATECT (BIOTEST)	50 MG/ML SOL INJ CT FR VD INC X 100 ML ** CAP ** (4) Dec. Judicial	1238,47	971,83							
504417100064907	IMUNOGLOBULIN (BLAU)	50 MG/ML SOL INJ CX 10 FA VD INC X 100 ML ** CAP ** (9) Dec. Judicial	0,01	0,01							
539400101154417	TEGELINE (LFB - HEMODERIVADOS E BIOTECNOLOGIA)	5G PO LIOF INJ CT FA VD TRANS + FA VD TRANS DIL X 100 ML + EQP INFUS ** CAP ** (20) Dec. Judicial	1139,79	894,39							
510918060005007	GAMUNEX (GRIFOLS BRASIL)	5G SOL INJETAVEL FA 50ML ** CAP ** (20) Dec. Judicial	1885,29	1479,39							
PRINCÍPIO ATIVO: SULFATO DE AMICACINA											
520700903158118	SULFATO DE AMICACINA (TEUTO BRASILEIRO)	250 MG/ML SOL INJ CT 50 AMP VD TRANS X 2ML (20) Dec. Judicial	413,90	324,79	470,34	369,08	498,67	391,31			
509521060030917	SULFATO DE AMICACINA (FRESENIUS KABI BRASIL)	250 MG/ML SOL INJ CX 50 AMP VD TRANS X 2 ML (20) Dec. Judicial	831,96	652,84	945,41	741,86	1002,36	786,55			
504414010039918	AMICILON (BLAU)	250 MG/ML SOL INJ IM/IV CT AMP VD TRANS X 2 ML (20) Dec. Judicial	6,14	4,82	6,98	5,48	7,40	5,81			
504414010039718	AMICILON (BLAU)	250 MG/ML SOL INJ IM/IV CX 50 AMP VD TRANS X 2 ML Judicial (20) Dec.	137,25	107,70	155,97	122,39	165,36	129,76			

49. Diante da divergência, foi recalculado o valor total apurado a maior considerando o PF 12% de R\$ 470,34 referente ao medicamento amicacina 250mg/ml, injetável do fabricante Teuto à época da infração (30/06/2022), conforme demonstrado abaixo:

25351.922921/2022-90									
Item	UF Adquirente	Data da venda	Medicamento	Apresentação	Quantidade Comercializada	Preço praticado	PF 12% (30/06/2022)	Diferença por apresentação	Valor total a maior apurado
1	MG	04/07/2022	SULFATO DE AMICACINA (TEUTO)	250 MG/ML SOL INJ CT 50 AMP VD INC X 2ML (EMB HOSP)	42	R\$ 744,00	R\$ 470,34	R\$ 273,66	R\$ 11.496,00

50. Posteriormente, foi recalculada a multa base utilizando a planilha padrão utilizada pela SCMED e a correção do faturamento a maior à época da infração pela taxa Selic utilizando a calculadora do cidadão disponível no site do Banco Central do Brasil (BCB) em <https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAO/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores&aba=4>, conforme demonstrado abaixo:

CÁLCULO DE MULTA SOBRE OFERTA E/OU COMERCIALIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS POR PREÇO SUPERIOR AO PERMITIDO (PF/CAP LI)								
Empresa:	S B ROCHA CARVALHO (DROGARIA SAMAX)					Nº CNPJ	44.19	
Processo Nº	25351.922921/2022-90					FAIXA DE FATURAMENTO DA EMPRESA DA INFRAÇÃO		
FATURAMENTO DA EMPRESA À EPOCA DA INFRAÇÃO			R\$	359.000,00		TOTAL DE MULTA A RECOLHER		R\$
Valor da UFIR de nov/2000 atualizado pelo IPCA-e até o trimestre (out-24 a dez-24)			4,495269907		Total Multa em UFIR	7.329	TOTAL MÁXIMO A RECOLHER	
PRODUTO	Apresentação		Data da INFRAÇÃO	Faturamento a maior À EPOCA DA INFRAÇÃO	Faturamento Corrigido pela Selic	% Multa	Concretização	
SULFATO DE AMICACINA (TEUTO)	250 MG/ML SOL INJ CT 50 AMP VD INC X 2ML (EMB HOSP)		07/2022	11.493,72	R\$16.150,45	2,0%	Venda	R\$

51. Portanto, diante da incidência de dois atenuantes, o valor da multa base recalculada de R\$ 32.946,92 (trinta e dois mil novecentos e quarenta e seis reais e noventa e dois centavos) foi reduzida pela metade conforme estabelecido no art. 13, parágrafos 1º, 2º e 3º da Resolução CMED nº 02/2018. Essa norma determina que as circunstâncias agravantes incidem sobre o valor base da multa, seguido da aplicação das atenuantes, respeitando os limites mínimo e máximo da pena, como definido no art. 10 da mesma Resolução. Assim, tem-se que a multa final foi recalculada, resultando no valor de R\$ 16.473,46 (dezesseis mil quatrocentos e setenta e três reais e quarenta e seis centavos) conforme demonstrado na tabela abaixo.

25351.922921/2022-90

Item	Multa base	Atenuantes (metade)
1	R\$ 32.946,92	R\$ 16.473,46

52. Destarte, conclui-se que as alegações do interessado não foram eficazes para afastar a aplicação da sanção administrativa. Restou, assim, confirmada a autoria e demonstrada a materialidade da infração conforme Nota Técnica nº 331/2022/SEI/SCMED/GADIP/ANVISA (SEI 43539860), e demais documentos apensados ao presente processo administrativo.

53. Por fim, afastados os argumentos da empresa, no mérito, o entendimento desta SDIC/MDIC está em consonância com o da SCMED no sentido de que foram infringidas as normas que regem o mercado de medicamentos, sendo, portanto, correta a aplicação de sanção administrativa à empresa, nos termos do art. 8º da Lei nº 10.742/2003, reformando o valor da multa conforme demonstrado acima.

IV. CONCLUSÃO

54. Diante do exposto, recomenda-se o voto pelo conhecimento e pelo não provimento do recurso, no sentido de:

- quanto ao mérito, manter o reconhecimento da autoria e da materialidade da prática da infração de venda de medicamentos destinados à Administração Pública por preço superior ao permitido pela CMED, em descumprimento ao previsto no art. 8º da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, e Artigo 5º, inciso II, alínea "b" da Resolução CMED nº 02, de 16 de abril de 2018.
- quanto à dosimetria da sanção, de ofício, reformar o valor da multa da decisão de primeira instância proferida pela Secretaria-Executiva da CMED para R\$ 16.473,46 (dezesseis mil quatrocentos e setenta e três reais e quarenta e seis centavos), devendo sofrer as atualizações pertinentes.

À consideração superior.

Documento assinado eletronicamente

GUSTAVO LUÍS MEFFE ANDREOLI

Chefe de Divisão das Indústrias de Fármacos e Medicamentos

Documento assinado eletronicamente

DIEGO EUGENIO PIZETTA

Coordenador-Geral das Indústrias da Saúde

De acordo.

Documento assinado eletronicamente

ADRIANO MACEDO RAMOS

Diretor do Departamento do Desenvolvimento da Indústria de Alta Complexidade Tecnológica

V. VOTO

55. Ante o exposto, voto pelo conhecimento e pelo não provimento do recurso, no sentido de:

- quanto ao mérito, manter o reconhecimento da autoria e da materialidade da prática da infração de venda de medicamentos destinados à Administração Pública por preço superior ao permitido pela CMED, em descumprimento ao previsto no art. 8º da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, e Artigo 5º, inciso II, alínea "b" da Resolução CMED nº 02, de 16 de abril de 2018.
- quanto à dosimetria da sanção, de ofício, reformar o valor da multa da decisão de primeira instância proferida pela Secretaria-Executiva da CMED para R\$ 16.473,46 (dezesseis mil quatrocentos e setenta e três reais e quarenta e seis centavos), devendo sofrer as atualizações pertinentes.

Documento assinado eletronicamente

UALLACE MOREIRA LIMA

Secretário de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços



Documento assinado eletronicamente por **Adriano Macedo Ramos, Diretor(a)**, em 16/06/2025, às 19:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Luís Meffe Andreoli, Chefe(a) de Divisão**, em 17/06/2025, às 12:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Diego Eugenio Pizetta, Coordenador(a)-Geral**, em 17/06/2025, às 12:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Uallace Moreira Lima, Secretário(a)**, em 17/06/2025, às 16:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **51339412** e o código CRC **D40AC887**.